CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 602/86 - PROC. DRE/C nº 11.032/85

INTERESSADO : CENTRO EDUCACIONAL SESI 355/JUNDIAÍ

ASSUNTO : Solicita tratamento excepcional para a aluna ISABEL CRISTINA LOPES, com base no Decreto Lei Federal 1044/69 e Parecer CEE 3390/85.

RELATOR : Cons^a Cecília Vasconcellos L. Guaraná

PARECES CEE Nº 106/87 CEPG APROVADO EM 21/01/87

Comunicado ao Pleno em 04/02/87

1. HISTÓRICO

1. A Sr^a Coordenadora do Centro Educacional SESI 355, de Jundiaí, em 18/9/85, solicita do Sr. Delegado de ensino regime de exceção, nos termos do Decreto-Lei 1044/69 e do Parecer CEE 3390/75, a Isabel Cristina Lopes, nascida a 7/9/69, filha de Domingos Lopes Filho e Maria de Lurdes Silva Lopes.

2. A escolaridade da aluna é a seguinte:

- Frequentou regularmente a EEPG "Pedro de Oliveira", de Jundiaí, até a 6^a série do 1^o grau, em 1982, obtendo sempre excelentes resultados.

- Em 1984, matriculou-se na 7^a série do Centro Educacional SESI nº 355, cursando-a até 1^o/10/84. Foi avaliada nos dois primeiros bimestres, apresentando resultados regulares, apesar do grande número de faltas. Foi nesse ano considerada desistente. Matriculou-se novamente na 7^a série daquela escola, em 1985. Sua ficha individual não traz avaliação bimestral, mas registra um grande número de faltas nos 1^o e 2^o bimestres. Constam dos autos, também, atestados de médicos e psicólogos, solicitando dispensa de aulas para a aluna e ressaltando a necessidade dos estudos para a sua recuperação psíquica. Somente alguns desses atestados referem-se às datas de seu afastamento.

3. O Conselho de Classe, reunido em 11/12/85, analisou o caso de Isabel Cristina Lopes e, tendo em vista o seu bom aproveitamento nas atividades realizadas em casa, considerou-a apta a cursar a 8^a série, em 1986.

4. A Sr^a Supervisora de Ensino da DE de Jundiaí é favorável à promoção da aluna na 7^a série, tendo em vista o excelente resultado obtido nas atividades por ela realizadas, que foram anexadas ao processo, com base no artigo 9^o da Lei Federal 5692/71, Decreto-Lei 1044/69 e Parecer CEE nº 3390/75.

5. As demais autoridades escolares acatam a proposta e enviam os autos ao CEE, mesmo sem a apresentação do laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional, prevista no Decreto-Lei 1044/69.

2. APRECIÇÃO

1. Tratam os autos de pedido de tratamento excepcional para Isabel Cristina Lopes, aluna de 7ª série do 1º grau, em 1985, no Centro Educacional SESI 355, de Jundiaí.

2. Até a 6ª série do 1º grau, cursada na EEPG "Pedro de Oliveira", de 1977 a 1982, a aluna apresentou bons resultados, mas devido a um longo tratamento médico-psicoterápico, a aluna não cursou regularmente a 7ª série. Matriculou-se, em 1984, na 7ª série e foi considerada desistente. Retomou à escola em 1985, mas, por doença, não a freqüentou, realizando trabalhos domiciliares desde o primeiro bimestre. Há atestado de médico e psicólogo que justificam essa ausência.

3. De fls. 16 a 118 constam as várias atividades pedagógicas desenvolvidas pela interessada, nesse período, com bons resultados.

4. Em 11/12/85, o Conselho de Classe reuniu-se para tratar do caso, manifestando-se pela promoção da aluna para a 8ª série do 1º grau. As autoridades escolares acatam esse pronunciamento, baseando-se no artigo 9º da Lei 5692/71, no Decreto-Lei 1044/69 e no Parecer CEE nº 3.390/75.

5. Vejamos essa fundamentação legal:

5.1 A Lei Federal 5692/71 em seu artigo 9º diz o seguinte:

"Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação".

5.2 O Decreto-Lei nº 1044/69 que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica", apesar das restrições que constam de seus artigos, em seus considerandos demonstra maior abrangência e a intenção de possibilitar ao aluno, impossibilitado de freqüentar a escola por motivo de doença, um tratamento excepcional, realizando exercícios domiciliares com acompanhamento da escola. Vejamos:

"Considerando que condições de saúde nem sempre permitem freqüência do educando à escola, na proporção mínima exigida em lei, embora se encontrando o aluno em condições de aprendizagem;

Considerando que a legislação admite, de um lado, o regime excepcional de classes especiais, de outro, o da equivalência de cursos e estudos, bem como o da educação peculiar dos excepcionais; decretam:

Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cardite, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 3º Dependerá o regime de exceção, nesse Decreto-Lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional".

5.3 O Parecer CEE 3390/75, que trata de consulta sobre o Decreto-Lei nº 1044/69, em sua conclusão, diz o seguinte:

"Os alunos considerados merecedores de tratamento excepcional pelo Decreto-Lei 1044, de 21 de outubro de 1969, e pela Lei 6.202, de 17 de abril de 1975, tem a ausência às aulas compensada pelos exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, obedecidas as disposições dos referidos diplomas legais, substituídas, pois, a frequência física pela verificação do rendimento escolar, e sem prejuízo da prestação de exames finais".

6. Ao caso de Isabel Cristina Lopes não se pode aplicar o Decreto-Lei 1044/69, por não terem sido preenchidas todas as exigências por ele estabelecidas, especialmente quanto ao seu artigo 3º que prevê laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional. Por suas características especiais, entretanto, fundamentadas em larga documentação, com comprovantes de médicos e psicólogos que esclarecem os motivos do impedimento da aluna frequentou às aulas, o acompanhamento

sistemático feito pelos professores a partir do 1º bimestre, acatado pelo órgão de supervisão e demais autoridades educacionais, julgamos possível a aceitação, por este Conselho, da solução encontrada pelo Centro Educacional SESI n° 355, que permitiu à aluna atingir no ano de 1985, os objetivos instrucionais propostos para a 7ª série.

7. Este Colegiado, em situações análogas, tem-se manifestado, favoravelmente, como no Parecer CEE 351/80, da Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia, que deu solução, também, excepcional ao caso do aluno Elias Shammass Filho, que não se enquadrava no previsto no Decreto-Lei 1044/69.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, e em caráter excepcional, convalidam-se os atos escolares praticados por ISABEL CRISTINA LOPES na 7ª série do 1º grau do Centro Educacional SESI 355, de Jundiaí, em 1985, considerando-a aprovada e apta para se matricular na 8ª série. Ficam convalidados os atos escolares posteriormente praticados, decorrentes desta aprovação.

São Paulo, 27 de novembro de 1986

a) Cons. Cecília Vasconcellos L. Guaraná

Relator

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Anna Maria Quadros Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Luiz Antônio de Souza Amaral, Sílvia Carlos da Silva Pimentel.

Sala da câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 21 de janeiro de 1987.

a) Cons^o LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA AMARAL

Presidente